

Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC)

1. Introdução

O Agrupamento de Escolas de Águas Santas é um agrupamento de estabelecimentos (escolas) de ensino públicos cuja oferta diversificada abrange todos os níveis de ensino. A sua estabilidade diretiva permitiu-lhe/permite-lhe integrar diferentes dinâmicas pedagógicas ao longo dos tempos, sempre alicerçadas numa articulação e diálogo com a comunidade envolvente.

A publicação do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, foi, pois, percecionada como uma oportunidade de maior autonomia e flexibilidade para responder aos desafios do nosso tempo. Como se afirma no preâmbulo do referido Decreto-Lei, (...) «*a sociedade enfrenta atualmente novos desafios (...) tendo a escola de preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem*».

Alinhado com estas considerações está o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória que se constitui como referencial único para toda a escolaridade e estabelece os princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo.

Se hoje podemos manifestar satisfação com o caminho percorrido para garantir a igualdade de acesso à escola pública, o mesmo já não podemos dizer relativamente ao direito ao sucesso educativo. O reconhecimento deste facto e a preocupação com todos e cada uma das pessoas dos alunos, está na génese da publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho que identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos.

Este edifício concetual e legal é complementado com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania que visa preparar todos os alunos para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida.

Neste contexto, o ano letivo 2018/2019 foi, para nós, um ano de grandes desafios e reflexão, aprendizagem e trabalho conjunto. Se os normativos implicaram a alteração de matrizes curriculares (55/2018), o verdadeiro desafio consistiu em flexibilizar a rigidez disciplinar em que todos fomos/estamos forma(ta)dos, apropriar-se do essencial das aprendizagens (das aprendizagens essenciais) e estruturar as aprendizagens em torno de novas opções curriculares a trabalhar pelos alunos.

A organização disciplinar dos docentes e conseqüente compartimentação do(s) saber(es) consagrou e reforçou uma pedagogia transmissiva e uniforme, que, por sua vez, assenta em lógicas de trabalho individualista. A lógica do conhecimento organizado por área disciplinar/disciplina conduziu a uma balcanização do desempenho profissional que, na melhor das hipóteses, se desenvolve no seio do(s) grupo(s) disciplinar(es).

O grande desafio com que nos deparamos é proceder a uma reconfiguração do processo de ensino conducente a uma:

- i) gestão curricular flexível e interdisciplinar centrada em lógicas de projeto(s) integradores;
- ii) transição de conteúdos disciplinares estruturados para uma diferente (re)organização dos conteúdos/aprendizagens numa lógica articulada e interdisciplinar;
- iii) fidelização pedagógica dos docentes ao(s) conselho(s) de turma, em detrimento da compartimentação disciplinar, permitindo que os professores trabalhem e aprendam uns com os outros para além das barreiras disciplinares;

iv) profissionalidade diferente, assumindo ser cada vez menos professores de... e mais membros de uma equipa promotora de...

O envolvimento ativo dos alunos no seu processo de aprendizagem e a valorização cidadã da sua voz são igualmente determinantes para o desenvolvimento das suas competências.

Não é de menor importância a criação de espaços amplos, flexíveis e equipados (para além das tradicionais salas de aula) que permitam ensaiar novas formas de aprendizagem.

2. Destinatários

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, o PAFC estará centrado, no presente ano letivo, fundamentalmente nos anos iniciais de ciclo (1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos) de modo a consolidar todo o processo. Abrangerá cerca de 1000 alunos, integrados em 43 turmas (8+10+12+11), a saber:

Tabela 1

Ano de escolaridade	Número de turmas	Número de alunos
1.º	8	188
5.º	10	230
7.º	13	297
10.º	12	242
Total	43	957

3. Matrizes curriculares

4. Práticas pedagógicas

4.1. Equipas educativas

Considerando o número de turmas em causa, procurámos, na medida do possível, que o menor número de professores assegurasse as mesmas turmas. Deste modo, procurámos criar condições para um trabalho mais concertado e colaborativo.

Tabela 2

Ano de escolaridade	Número de professores
1.º	8
5.º	20
7.º	27
10.º	31
Total	86

4.2. Domínios de Autonomia Curricular (DAC)

Após várias fases de trabalho coletivo, os professores que mais diretamente estarão envolvidos no projecto de autonomia e flexibilidade curricular procederam análise das zonas de confluência curricular. Dessa análise inicial das possíveis áreas de confluência resultaram as seguintes propostas:

Tabela 3

Disciplinas envolvidas nos DAC (5.º ano de escolaridade)

DAC	Português	Matemática	Educação Física	Inglês	TIC	História e Geografia de Portugal	Ciências Naturais	Educação Visual	Educação Tecnológica	Educação Musical	Cidadania e Desenvolvimento
1	█	█		█		█	█				█
2		█	█	█				█			
3		█		█		█		█	█		
4	█					█		█		█	
5	█					█				█	█

5.º Ano de Escolaridade | DAC

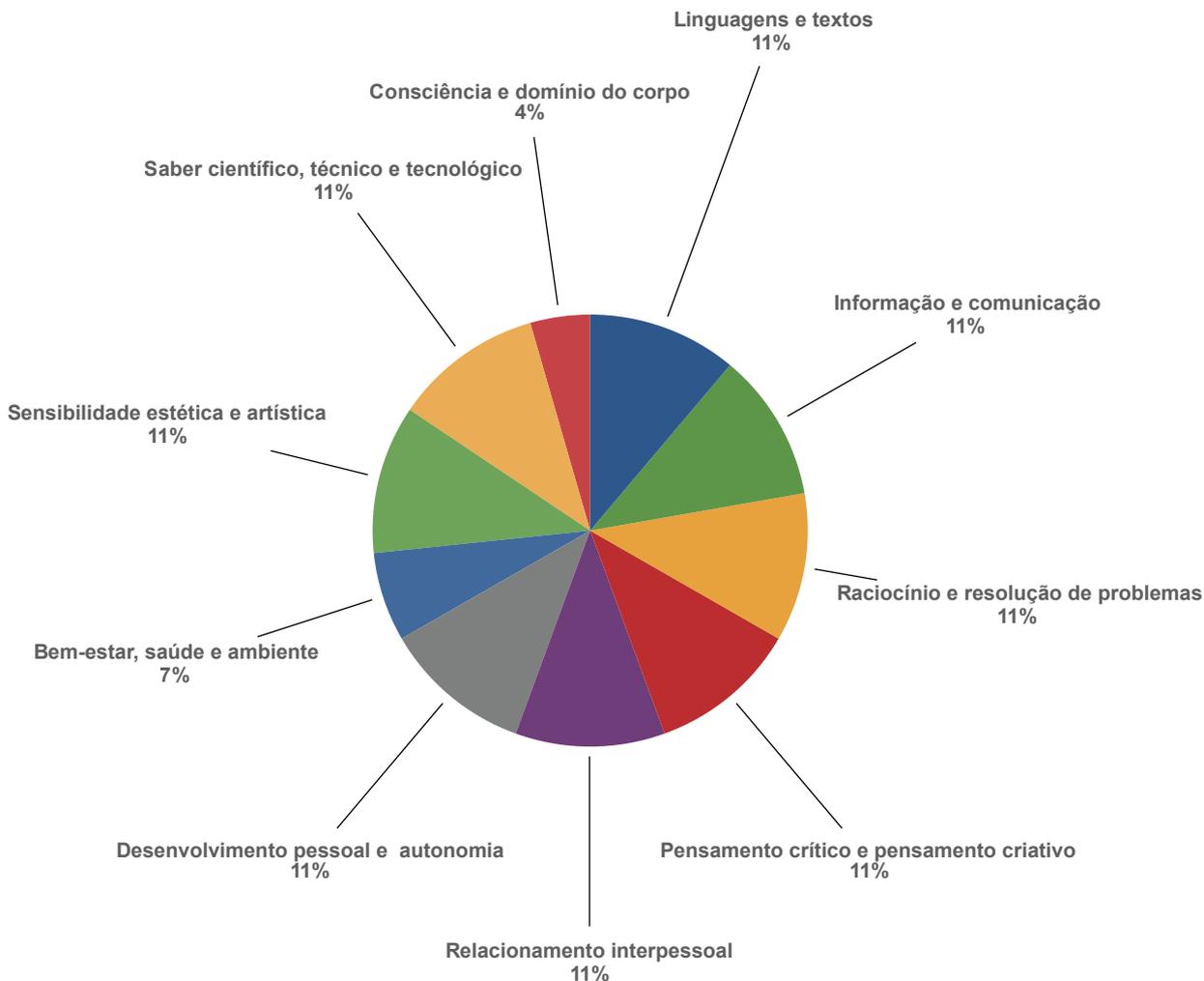


Figura 1 - Áreas de Competências do Perfil dos Alunos.

Tabela 4

Disciplinas envolvidas nos DAC (7.º ano de escolaridade)

DAC	Português	Matemática	Educação Física	Inglês	TIC	Ciências Naturais	Educação Visual	Educação Tecnológica	Francês	História	Geografia	Físico-Química	Cidadania e Desenvolvimento
1	✓				✓		✓		✓		✓		
2		✓										✓	
3		✓		✓	✓	✓				✓			
4			✓								✓		
5	✓												✓
6				✓	✓	✓				✓	✓		✓
7			✓							✓			
8	✓			✓					✓				
9			✓					✓			✓		
10		✓										✓	

7.º Ano de Escolaridade | DAC

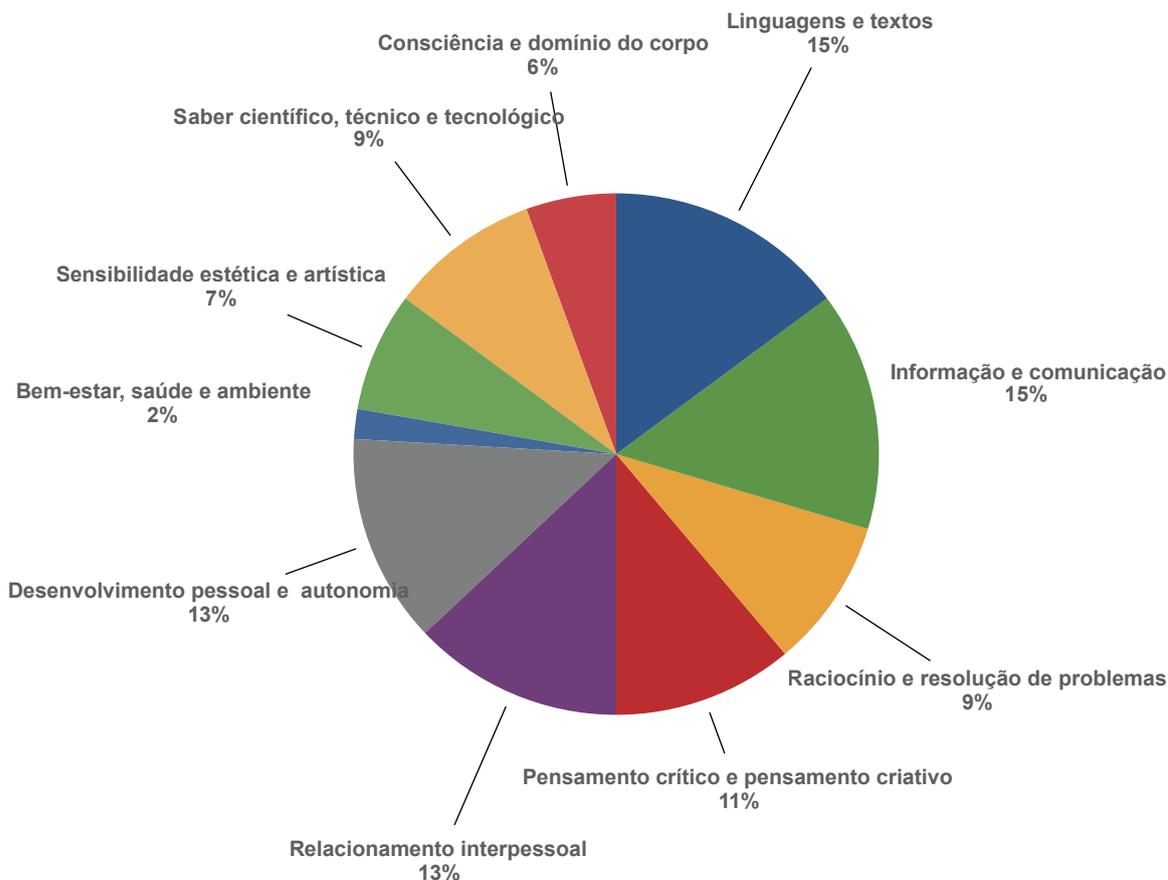


Figura 2 - Áreas de Competências do Perfil dos Alunos.

Tabela 5

Disciplinas envolvidas nos DAC (10.º ano de escolaridade)

CURSO CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

DAC	Português	Filosofia	Inglês	Educação Física	Matemática A	Biologia e Geologia	Física e Química A	Geometria Descritiva A	Cidadania e Desenvolvimento
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									

Tabela 6

Disciplinas envolvidas nos DAC (10.º ano de escolaridade)

CURSO CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES

DAC	Português	Filosofia	Inglês	Educação Física	História A	Geografia A	MACS	Francês	Cidadania e Desenvolvimento
1									
2									
3									

Tabela 7

Disciplinas envolvidas nos DAC (10.º ano de escolaridade)

CURSO CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO DE ARTES VISUAIS

DAC	Português	Filosofia	Inglês	Educação Física	Desenho A	Geometria Descritiva A	História da Cultura e das Artes	Cidadania e Desenvolvimento
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								

Tabela 8

Disciplinas envolvidas nos DAC (10.º ano de escolaridade)

CURSO CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS

DAC	Português	Filosofia	Inglês	Educação Física	Matemática A	Geografia A	Economia A	Cidadania e Desenvolvimento
1								
2								
3								

DAC

Curso Científico-Humanístico

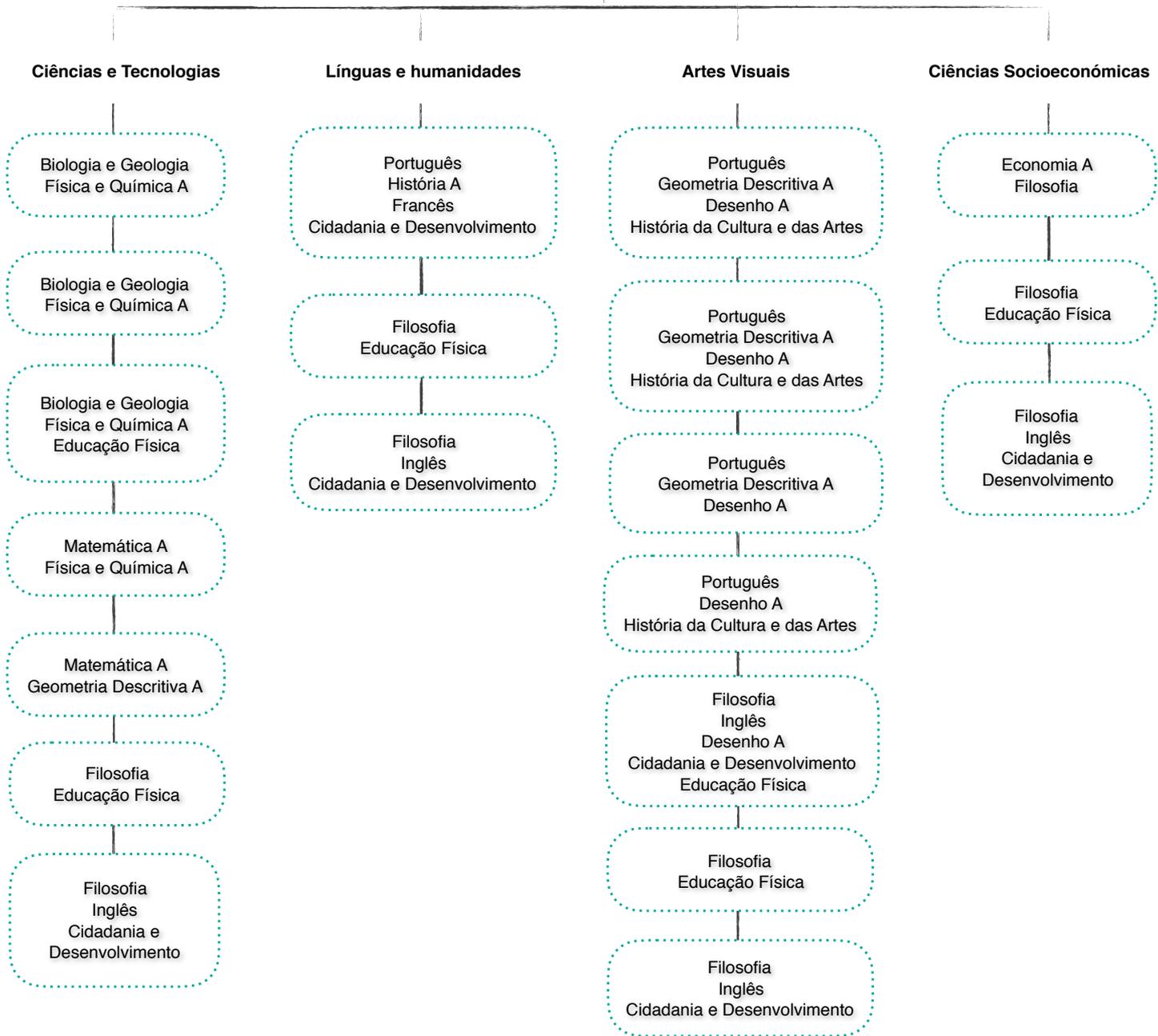


Figura 3 - DAC no Curso Científico-Humanístico.

10.º Ano de Escolaridade | DAC

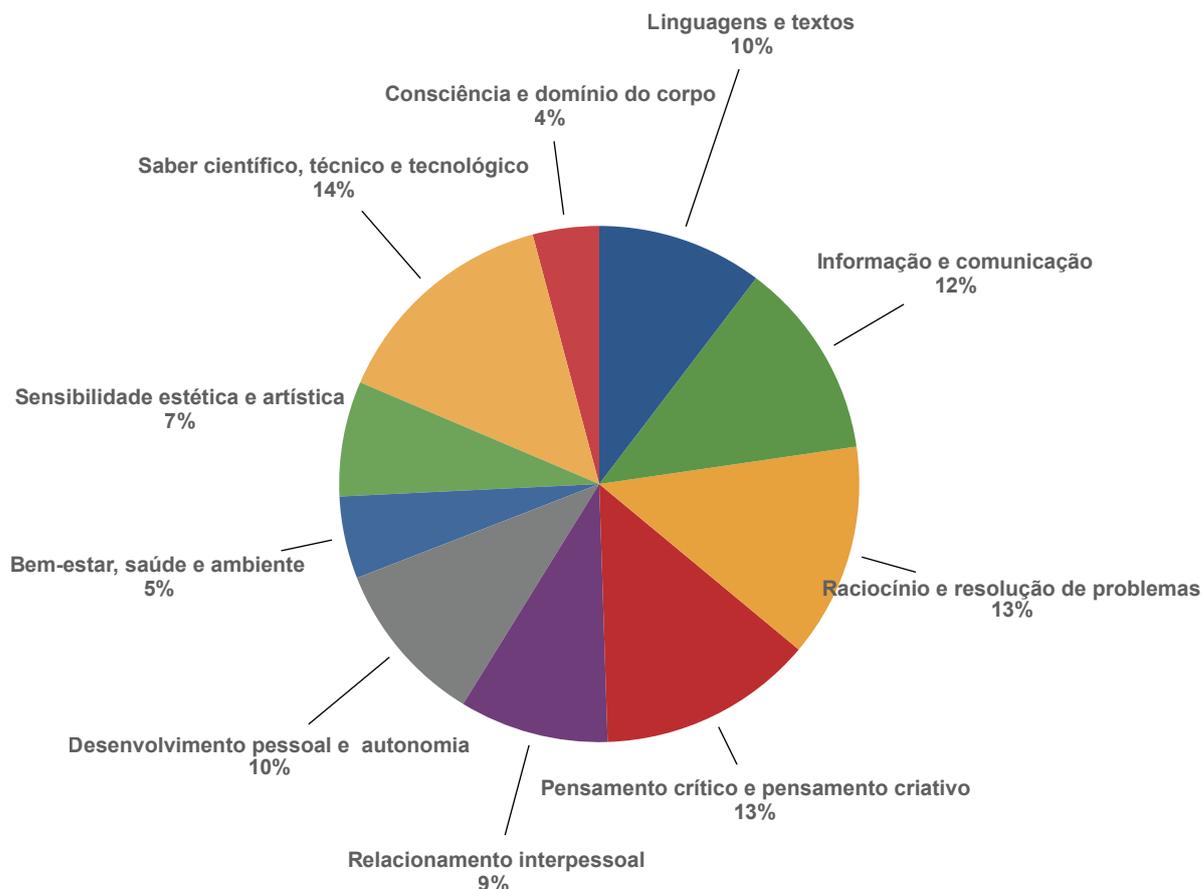


Figura 4 - Áreas de Competências do Perfil dos Alunos.

4.3. Organização da sala de aula

O espaço específico para o desenvolvimento de atividades de articulação curricular que envolvam mais do que uma turma será o Auditório que, nestas situações, apresentará uma configuração e mobiliário diferentes. De modo a fazer passar a mensagem de que novas práticas implicam, também, “novos” espaços de aprendizagem, as salas de aula apresentarão uma geografia variável. Como sabemos, o modelo tradicional de sala de aula convida a um ensino predominantemente transmissivo. Uma diferente configuração da sala de aula “obriga” a uma descentralização face à pedagogia do “*magíster dixit*” permitindo agrupar os alunos de modo diverso numa atitude e disposição de produção e projeto.

4.4. Participação dos alunos no planeamento e dinamização das atividades

5. Avaliação das aprendizagens

O processo de avaliação das aprendizagens tem sido, ao longo dos últimos 25/30 anos (tomamos como referência o Decreto-Lei 98-A/92), objeto de diversas alterações/regulamentações.

Apesar de toda esta “tempestade” legislativa e conflito “ideológico”, o que sempre esteve e está em causa é uma mudança de “paradigma”, com “uns” a estipular que a principal modalidade da avaliação é a formativa (contínua e que incide sobre o processo de ensino e de aprendizagem) e “outros” a colocarem o foco na avaliação sumativa e nos exames.

Convenhamos que, apesar de toda esta instabilidade, a avaliação nunca deixou de ser predominantemente sumativa e seletiva, centrada no produto (testes, exames - avaliação da aprendizagem) e menos formativa, centrada no processo (avaliação na e para/ao serviço da aprendizagem).

Este posicionamento foi reforçado, nos últimos anos, com uma cultura de rankings que condicionou e afunilou todo o processo e culminou numa redutora interpretação: o importante (o que conta) é a nota do exame. Por arrastamento, o teste passou a deter o estatuto de instrumento (quase) único de avaliação. Avaliar, é o teste e o conhecimento “é” a nota do teste! E quando não é apenas o teste, todos os outros instrumentos tornaram-se meramente decorativos. O teste, de instrumento passou a deter o estatuto único de “a avaliação”.

Uma análise sumária aos normativos em vigor (Decreto-Lei n.º 55/2018; Portaria n.º 223/2018; Portaria n.º 226/2018), no que diz respeito à avaliação das aprendizagens, permite-nos chegar a algumas conclusões:

- a afirmação de apenas duas modalidades de avaliação: formativa e sumativa;
- o relevo dado à avaliação formativa enquanto principal modalidade;
- a clarificação/explicitação do papel da avaliação formativa que, “ao serviço da aprendizagem”, “fornece informação”, permite a regulação/revisão do processo de ensino e de aprendizagem;
- a participação do aluno (e dos pais e encarregados de educação) neste processo, uma vez que se a avaliação decorre na e para a aprendizagem é imprescindível o seu envolvimento pois é ele o aprendiz.

Ora, mais uma vez, os normativos (e as orientações da tutela) não deixam margem para dúvidas: a principal modalidade de avaliação é a avaliação formativa e tem como finalidade (artº 16, Portaria 223/2018) estar “ao serviço das aprendizagens, fornecendo informação sobre o desenvolvimento ... e permitindo a revisão do processo de ensino e de aprendizagem.

Este reposicionamento do processo avaliativo arrasta consigo algumas consequências:

- a integração da avaliação no processo de ensino e de aprendizagem, colocando-a ao serviço das aprendizagens;
- a clarificação da sua finalidade primeira que é recolher, organizar e sistematizar informação que permita aos diferentes intervenientes (professores, alunos, pais e encarregados de educação) ajustamento de processos e estratégias conducentes à melhoria do ensino e da aprendizagem;
- a (re)centração dos procedimentos, estratégias e instrumentos de avaliação mais no(s) processo(s) do que no(s) resultado(s)/ produto(s); (considerando que a avaliação é parte integrante da aprendizagem e considerando a avaliação formativa a principal modalidade de avaliação);
- (como tal), a avaliação deve privilegiar a diversidade de formas de recolha de informação recorrendo a uma variedade de (procedimentos, técnicas) instrumentos;

- tendo em vista garantir a eficácia do processo e o envolvimento dos alunos na autorregulação das aprendizagens, os descritores de competências, os procedimentos a adotar e a informação prestada deverão ser redigidos numa linguagem clara e simples de modo a que os alunos (e pais e encarregados de educação) compreendam “onde estão”, “onde deveriam estar” e o que necessitam fazer/se espera que façam;
- como as aprendizagens (os diferentes domínios e instrumentos) não têm todas a mesma importância, é importante clarificar junto dos alunos e dos pais e encarregados de educação a lógica das ponderações (num trabalho; num teste; na diversidade de instrumentos...);

Em resultado de tudo isto, o diálogo/a negociação faz parte integrante da avaliação não apenas como instrumento de autorregulação no decurso das aprendizagens, mas também na (fundamentação) formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas tendo em vista a classificação e/ou a transição/retenção.

Em suma, consistindo a avaliação numa recolha contínua e sistemática de informação relativamente a um objeto, sobre o qual se pretende formular um juízo de valor conducente (facilitador) a uma tomada de decisões, importa:

- tomar as decisões mais acertadas e fundamentadas;
- formular juízos (quantitativos, nota; ou qualitativos, “sínteses” descritivas) sustentados em informação diversa e consistente;
- diversificar e adequar os instrumentos de recolha de informação ao objeto em análise;
- clarificar, em linguagem clara e simples, o objeto a atingir e o percurso a percorrer.

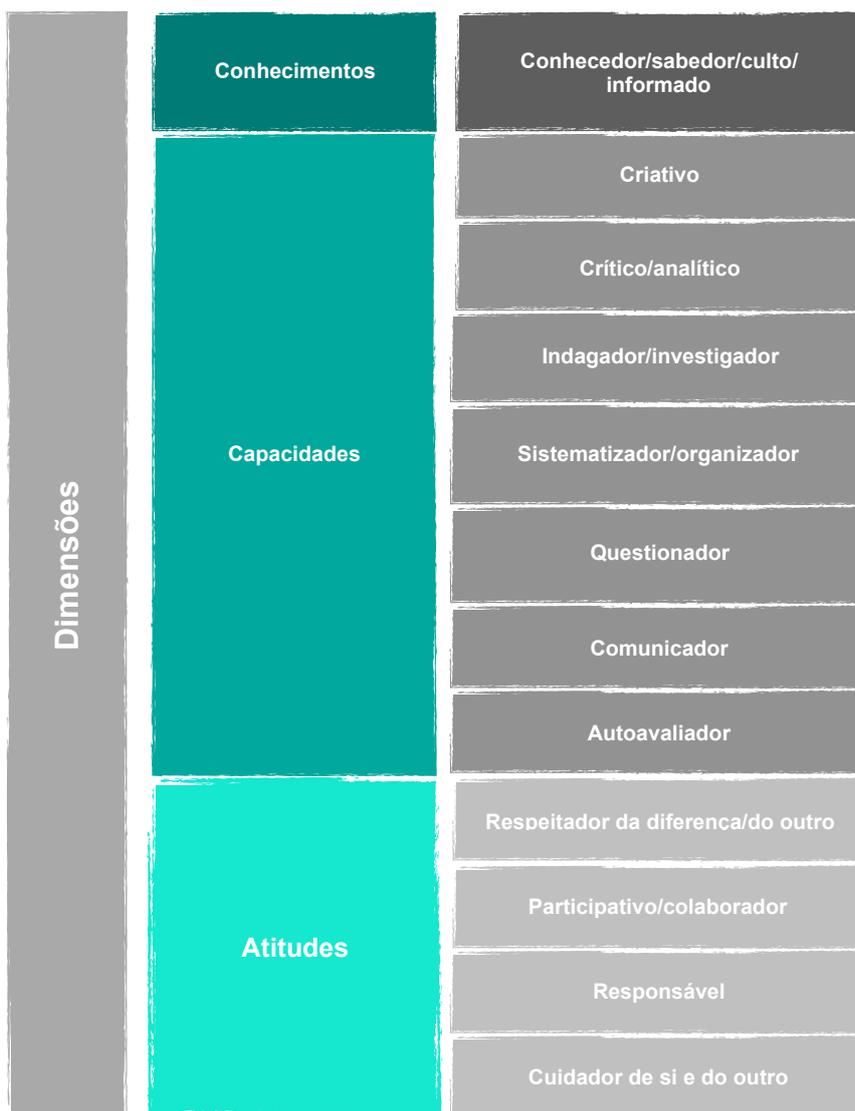


Figura 5 - Avaliação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos.

6. Monitorização e avaliação